



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 7197/14

## PEDIDO DE ARQUIVAMENTO

MM. JUIZ:

Instaurou-se o presente procedimento para apuração do delito de menor potencial ofensivo.

As versões contraditórias.

Os perfis, probatório e contextual, revelam, já de antemão, ser temerário o aforamento de uma ação penal.

O contrapeso custo/benefício está a indicar o arquivamento. Não há razão prática que justifique a continuidade deste inquérito, sendo oportuna, pelo princípio constitucional da eficiência dos agentes públicos, a filtragem da atuação da polícia judiciária.

Na atual ordem constitucional, o modelo policial não é mais aquele que fora copiado do modelo preconizado na Revolução Francesa. Prepondera na atualidade o modelo que se convencionou chamar de "polícia de segurança pública", destinada à preservação



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio<sup>1</sup>.

As funções da polícia vêm tratadas no artigo 144 da Constituição Federal. Existe o dever estatal de prestar o serviço de segurança pública e a Constituição Federal estabeleceu as funções de polícia para a segurança pública.

Quando estiver obstada a pronta intervenção estatal — quer na prevenção ou na repressão dos crimes, quer no exercício do *jus puniendi* e do *jus punishmentis*, quer na garantia da incolumidade e da integridade física dos cidadãos, quer na garantia do respeito ao modelo capitalista de propriedade — estará sendo negado o serviço estatal de segurança pública.

E, se impedido o serviço de segurança pública, estará o Estado faltando com seu dever basilar, pilastra que é da estrutura derivada do contrato/pacto social.

As funções de polícia de segurança pública podem ser divididas em polícia preventiva, polícia repressiva, polícia de investigação criminal, polícia de fronteiras e polícia judiciária.<sup>2</sup>

As polícias preventiva e repressiva têm por objetivo evitar e prevenir o cometimento de crimes e reprimir e prender, em flagrante, aqueles que violarem as

<sup>1</sup> Valter Foletto SANTIN, *Controle Judicial da Segurança Pública*, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2004, p.101.

<sup>2</sup> Valter Foletto SANTIN, *Controle Judicial da Segurança Pública*, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2004, p.102.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

normas penais. Essas funções, previstas no artigo 144, parágrafo 1.º, II, 2.º, 3.º e 8.º da Constituição Federal, são de segurança pública propriamente dita, ou, como ensina Valter Santin, funções de segurança pública em sentido estrito.<sup>3</sup>

A polícia de investigação criminal tem sua função prevista no artigo 144, parágrafo 1.º, I, e parágrafo 4.º da Constituição Federal. Ela desenvolve as atividades necessárias para apuração das infrações penais e o faz por meio de inquéritos policiais ou de procedimentos especiais, de forma a propiciar elementos de convicção e fontes de prova que sustentarão a ação penal. Aqui deve ser analisado e sopesado o interesse de agir, sob pena de se procrastinar um caderno investigatório, sem utilidade e sem possibilidade de que ele constitua, nos termos da lei, um instrumento de investigação.

A polícia judiciária tem sua função prevista no artigo 144, parágrafo 1.º, IV, e parágrafo 4.º da Constituição Federal. Ela desenvolve suas funções por meio de ações de auxílio e de cooperação, para as atividades judiciárias e para as atividades desempenhadas pelo Ministério Público.

A doutrina sempre ensinou que as disposições dos artigos 41 e 43 do Código de Processo Penal não limitam o universo dos requisitos e dos pressupostos que devem ser examinados, quando da análise da peça

<sup>3</sup> Valter Foletto SANTIN, *Controle Judicial da Segurança Pública*, São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, 2004, p.102





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

introdutória da ação penal. O universo jurídico que se abre aos olhos do julgador, no momento do recebimento de uma denúncia, é o mesmo universo que a ele é dado, quando determina o arquivamento de um inquérito policial. O universo pede que se examinem todos os pressupostos processuais e as condições do exercício da ação.

Ora, dentre as condições da ação está o interesse de agir, em seu binômio necessidade/adequação, ocasião em que não se pode prescindir da verificação da utilidade do provimento jurisdicional. Se inútil este, há de se reconhecer a ausência daquele.

Posto isto, promovo arquivamento dos autos.

São Paulo, 02 de outubro de 2014.

Assinatura manuscrita de Paulo Sérgio de Castilho.

PAULO SÉRGIO DE CASTILHO  
1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO JECRIM



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

AV. DR. ABRAHÃO RIBEIRO, 313, 1º ANDAR RUA 7 - SALAS 518/586 -

BARRA FUNDA

CEP: 01133-020 - São Paulo - SP

Telefone: 2127 - 9529 - E-mail: spjecrim@tjsp.jus.br

**DECISÃO**

Processo nº: 0058236-04.2014.8.26.0050  
Classe - Assunto: Termo Circunstanciado - Desacato  
Autor: Justiça Pública  
Autor do Fato: SILVIA DASKAL HIRSCHBRUCH e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ulisses Augusto Pascolati Junior**

Vistos.

Nos termos da manifestação do representante do Ministério Público, que acolho como razões de decidir, determino o arquivamento do termo circunstanciado, com a ressalva constante do artigo 18 do CPP.

Arquivem-se.

São Paulo, 09 de outubro de 2014.